

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

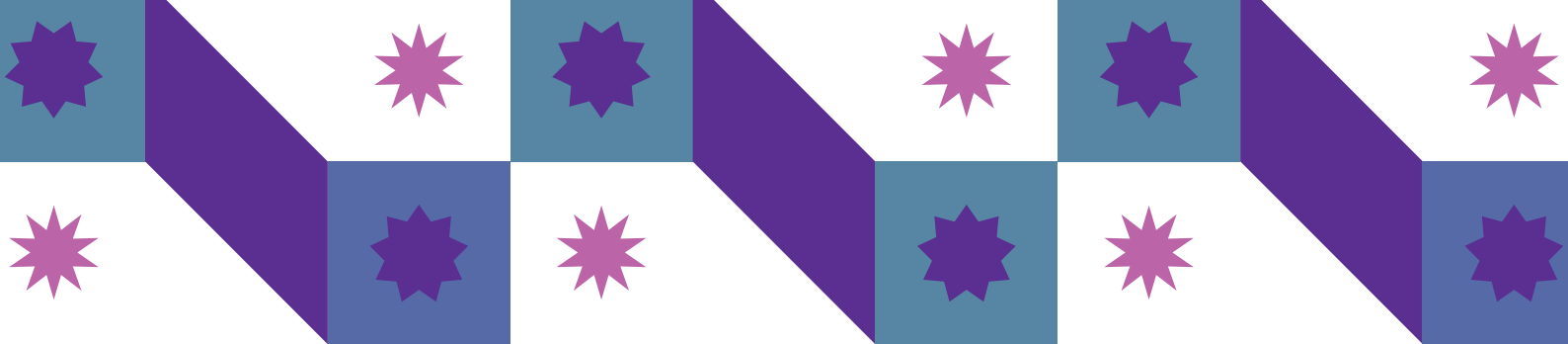
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Boletim

Mulheres no Mercado de Trabalho



Março/2025



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. PARTICIPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO	4
2. OCUPAÇÃO	6
3. MERCADO DE TRABALHO FORMAL	8
4. DESAFIOS ÀS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE MULHERES	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16



INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro é marcado por profundas desigualdades, entre as quais se destaca a desigualdade em homens e mulheres. Este fenômeno tradicionalmente resultou em diferenças de gênero nos principais indicadores de mercado de trabalho, o que impõe desafios ao desenvolvimento econômico e social do país e às políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Ao longo das últimas décadas, as mulheres conquistaram maior espaço no mundo profissional, ampliando sua presença em diversos setores e níveis hierárquicos. No entanto, ainda enfrentam obstáculos significativos, como a segregação ocupacional, a informalidade, a desigualdade salarial e a sub-representação em cargos de liderança.

Este boletim tem como objetivo analisar a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, abordando desde indicadores conjunturais, até os desafios estruturais que permeiam suas trajetórias profissionais. Utiliza-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

Dividido em quatro eixos principais, o documento explora as seguintes temáticas:

1. Participação e desocupação;
2. Ocupação;
3. Mercado de trabalho formal;
4. Desafios às trajetórias profissionais de mulheres;

Ao traçar um panorama detalhado, este boletim busca contribuir para o debate sobre a igualdade de oportunidades e a valorização do trabalho feminino, destacando a importância de políticas públicas e ações afirmativas para superar os desafios ainda presentes.

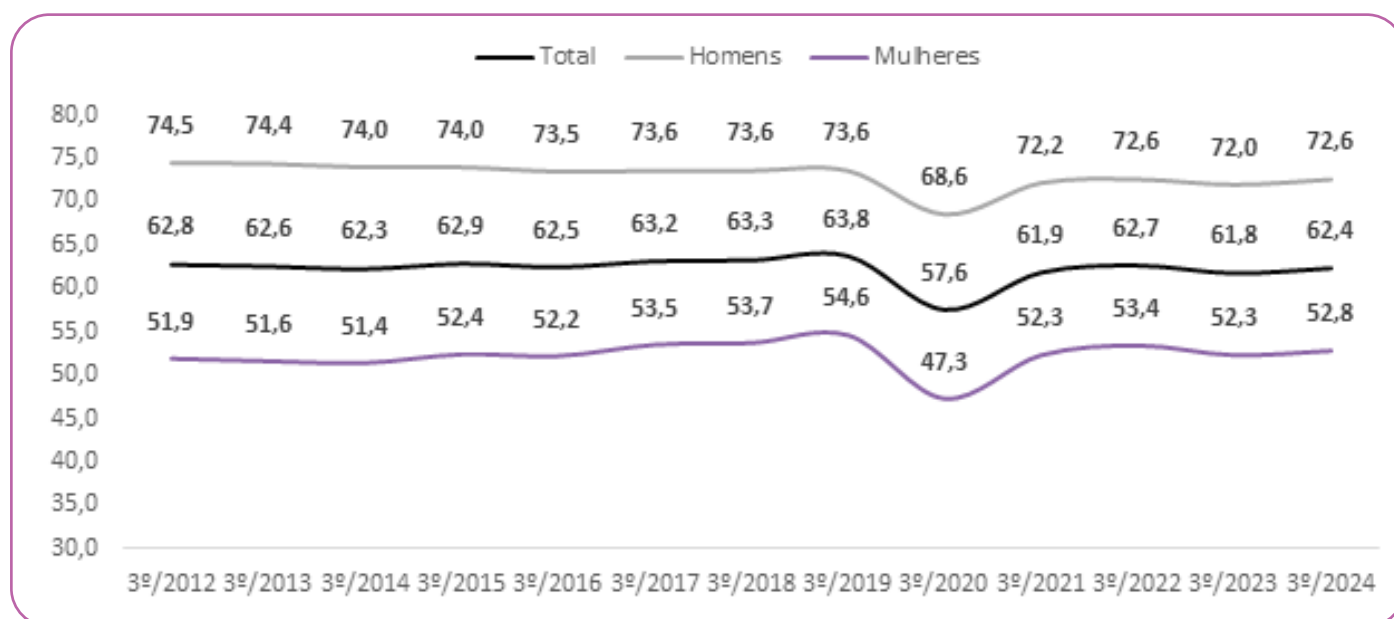


1. PARTICIPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO

A taxa de participação na força de trabalho representa o percentual de pessoas que estava trabalhando ou procurando emprego no período de referência. O Gráfico 1 apresenta a evolução deste indicador desagregado por sexo para o período de 2012 a 2024. Verifica-se que no geral a taxa de participação se mantém relativamente estável, exceto no período da pandemia, em que se observou uma saída significativa de pessoas da força de trabalho. Os homens apresentam participação consistentemente mais alta que a das mulheres, passando de 74,5% em 2012 para 72,6% em 2024. A redução da participação masculina no mercado de trabalho é observada internacionalmente e no Brasil e pode ser explicada, por um lado, pelos processos de urbanização e a universalização da educação, que resultaram na redução do trabalho infantil e no adiamento da entrada dos jovens na atividade produtiva. Por outro lado, com a expansão dos sistemas de previdência social, os idosos podem sair mais cedo do mercado de trabalho (Wajnman e Rios Neto, 2000).

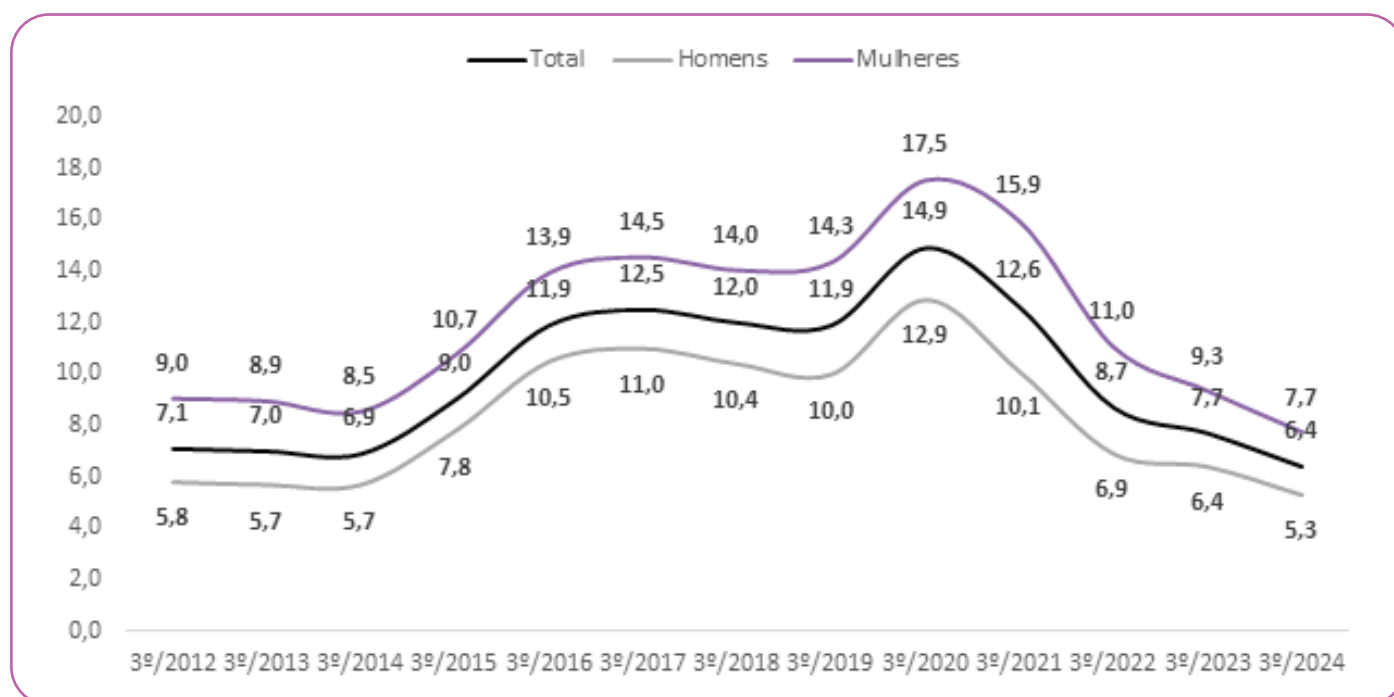
Já a participação feminina na força de trabalho se intensificou na década de 1970, consolidando-se nas décadas de 1980 e 1990 (Guimarães, Brito e Barone, 2016). Este processo se deu em paralelo a transformações demográficas, como a queda da fecundidade e a redução do tamanho das famílias (Bruschini, 1998; Lavinas, 1997; Oliveira, Vieira e Marcondes, 2015). No período de 2012 a 2024, a taxa de participação das mulheres, embora mais baixa que a dos homens, apresentou um crescimento modesto, passando de 51,9% em 2012 para 52,8% em 2024. Ressalta-se que durante a pandemia, pela primeira vez nesta série histórica, a taxa de participação das mulheres alcançou valores abaixo de 50%.

GRÁFICO 1: Taxa de participação na força de trabalho, por sexo, Brasil – 2012 a 2024



Já a taxa de desocupação representa o percentual de pessoas que não estavam trabalhando, mas que procuravam trabalho no período de referência. O Gráfico 2 apresenta a evolução deste indicador de 2012 a 2024, desagregado por sexo. A taxa de desocupação geral mostra uma tendência de aumento desde 2015, atingindo o pico histórico em 2020, durante a pandemia. A partir de 2021, a desocupação passa a cair continuamente. As mulheres apresentam taxa de desocupação superior à dos homens em toda a série, especialmente durante a pandemia. Mas essa distância parece estar se reduzindo no último ano, em que a taxa de desocupação observada para as mulheres foi de 7,7% e para os homens, 5,3%.

GRÁFICO 2: Taxa de desocupação, por sexo, Brasil – 2012 a 2024



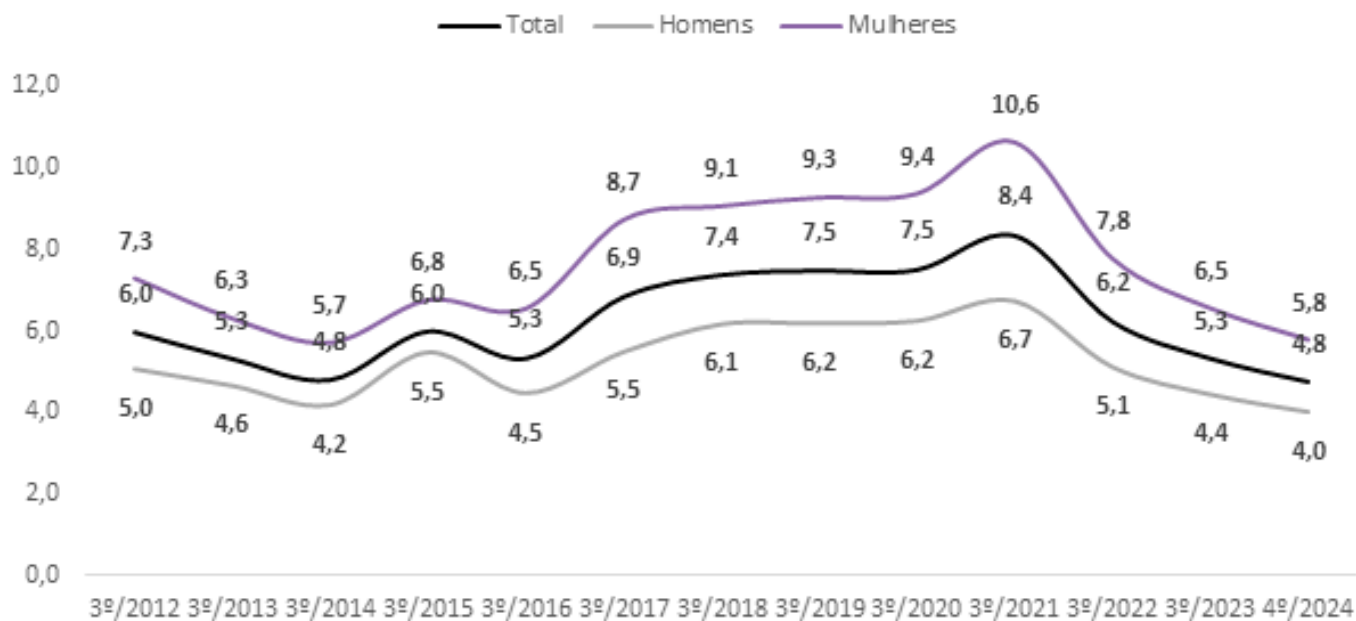
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Além da taxa de desocupação, o IBGE passou a divulgar, também, a taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, o que representa o percentual de pessoas que estava ocupada no período de referência, mas que tinham disponibilidade e interesse em trabalhar mais horas. Trata-se, também, de uma medida de precarização do trabalho e que pode ser analisada em conjunto com a taxa de desocupação.



O Gráfico 3 apresenta a evolução da taxa de subocupação de 2012 a 2014, desagregada por sexo. Observa-se novamente diferenciais significativos entre homens e mulheres, que se acentuaram durante o período da pandemia. Já em 2024, este indicador alcançou o valor mais baixo da série histórica, sendo 5,8% para as mulheres e 4% para os homens.

GRÁFICO 3: Taxa de subocupação, por sexo, Brasil – 2012 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

2. OCUPAÇÃO

Verificou-se que as mulheres participam menos da força de trabalho e estão mais expostas à desocupação e subocupação. Além disso, é importante observar os diferenciais entre homens e mulheres que estão ocupados.

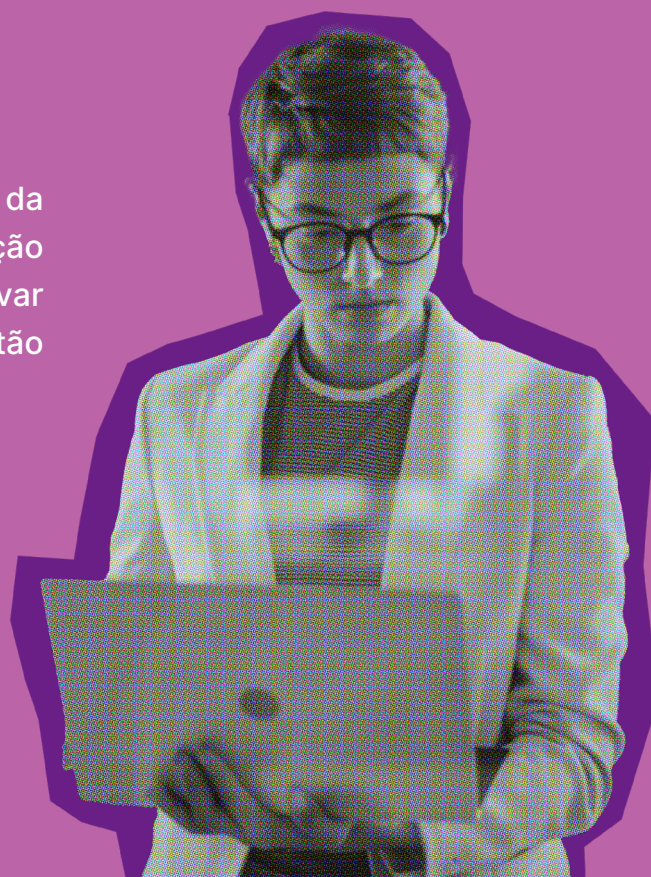
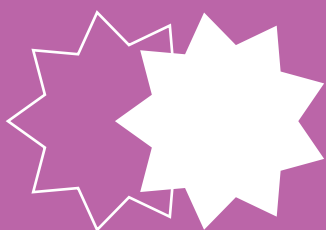


TABELA 1: Total de ocupados por posição na ocupação e sexo, Brasil – 2012 e 2024

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO:	2012				2024			
	Total	Homens	Mulheres	% de mulheres	Total	Homens	Mulheres	% de mulheres
Conta-própria	62.505	44.032	18.473	29,6%	57.852	38.669	19.183	33,2%
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	82.942	52.862	30.080	36,3%	68.574	40.785	27.789	40,5%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	31.661	22.275	9.386	29,6%	30.629	20.884	9.745	31,8%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	3.529	1.533	1.996	56,6%	3.042	1.223	1.819	59,8%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	7.146	2.734	4.412	61,7%	8.899	3.019	5.880	66,1%
Empregador	8.802	6.425	2.377	27,0%	8.839	6.112	2.727	30,9%
Militar e servidor estatutário	21.166	9.202	11.964	56,5%	17.366	7.409	9.957	57,3%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	4.713	606	4.107	87,1%	3.037	524	2.513	82,7%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	11.678	762	10.916	93,5%	10.251	1.021	9.230	90,0%
Trabalhador familiar auxiliar	12.319	4.687	7.632	62,0%	4.975	1.727	3.248	65,3%
Total	246.461	145.118	101.343	41,1%	213.464	121.373	92.091	43,1%

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

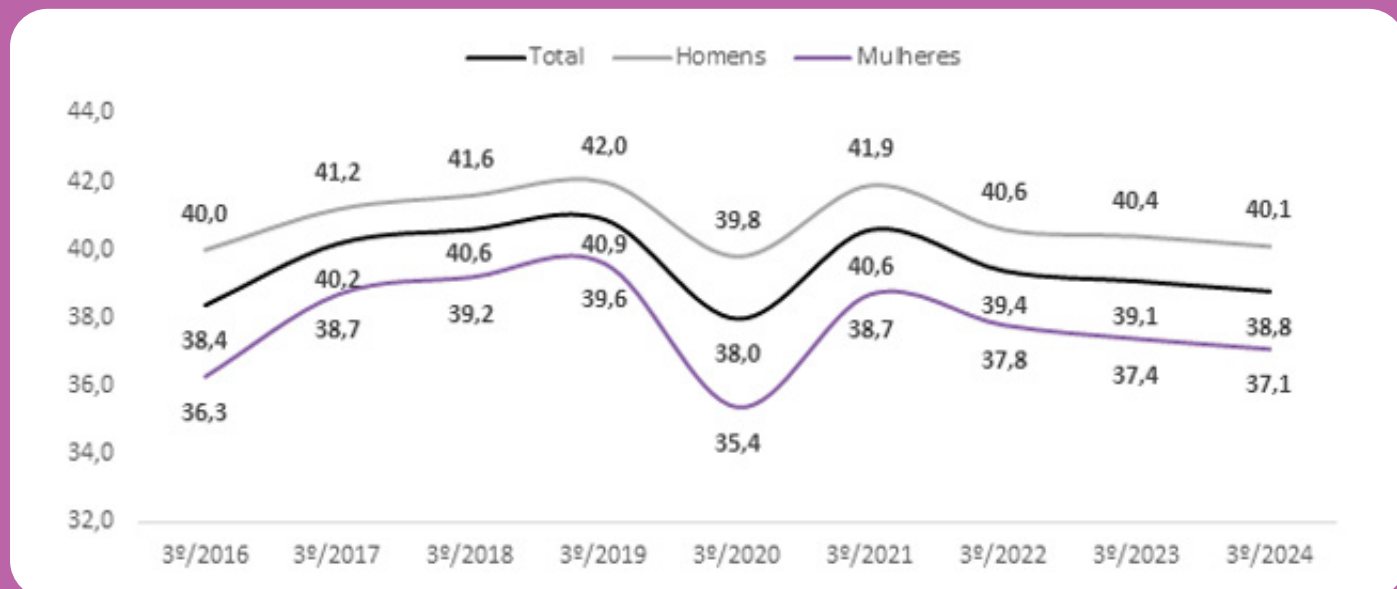
A Tabela 1 apresenta a distribuição de homens e mulheres por posição na ocupação em 2012 e 2024. Destaca-se que as mulheres estão sobrerrepresentadas nas categorias sem carteira de trabalho assinada, no setor público, no trabalho doméstico e no trabalho familiar auxiliar. Entre 2012 e 2024 observou-se um aumento da participação das mulheres nas demais categorias, mas ainda muito tímido. Cumpre destacar a forte participação feminina no trabalho doméstico tanto com carteira (82,7%), quanto sem carteira (90%).

A partir destas informações, calcula-se a taxa de informalidade, que representa o percentual de pessoas ocupadas sem carteira, empregadores e trabalhadores por conta própria sem CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares. O Gráfico 4 apresenta a evolução deste indicador de 2016 a 2024, desagregado por sexo.

Ao contrário dos demais indicadores, observa-se que a taxa de informalidade é superior para os homens em relação às mulheres durante toda a série considerada. Embora a informalidade seja um fenômeno complexo, a diferença nas taxas entre os sexos está relacionada, em grande medida, à concentração das mulheres em setores que oferecem mais estabilidade e formalidade (Souza e Lima, 2021). Por outro lado, houve um crescimento no período mais recente do trabalho informal em setores como transporte por aplicativo e pequenos comércios, onde os homens são mais ativos.

O Gráfico 4 apresenta a evolução da taxa de informalidade de 2016 a 2024, desagregada por sexo. Em 2024, 37,1% das mulheres ocupadas eram informais, enquanto para os homens esse percentual era de 40,1%.

GRÁFICO 4: Taxa de informalidade, por sexo, Brasil – 2016 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

3. MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Esta seção analisa dados do mercado de trabalho formal, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego. O Gráfico 5 apresenta a evolução do estoque de vínculos ativos formais de 2002 a 2023 por sexo e o percentual de mulheres. Ao longo deste período, observa-se uma tendência de crescimento do estoque formal, bem como da participação feminina. Em 2002, o estoque total era de 28.683.913, sendo 17.265.351 homens, e 11.418.562 mulheres. Já em 2023, o estoque total quase dobrou, passando para 54.706.385, sendo 30.274.396 homens e 24.431.989 mulheres. O percentual de mulheres também cresceu, passando de 39,8% para 44,7%.

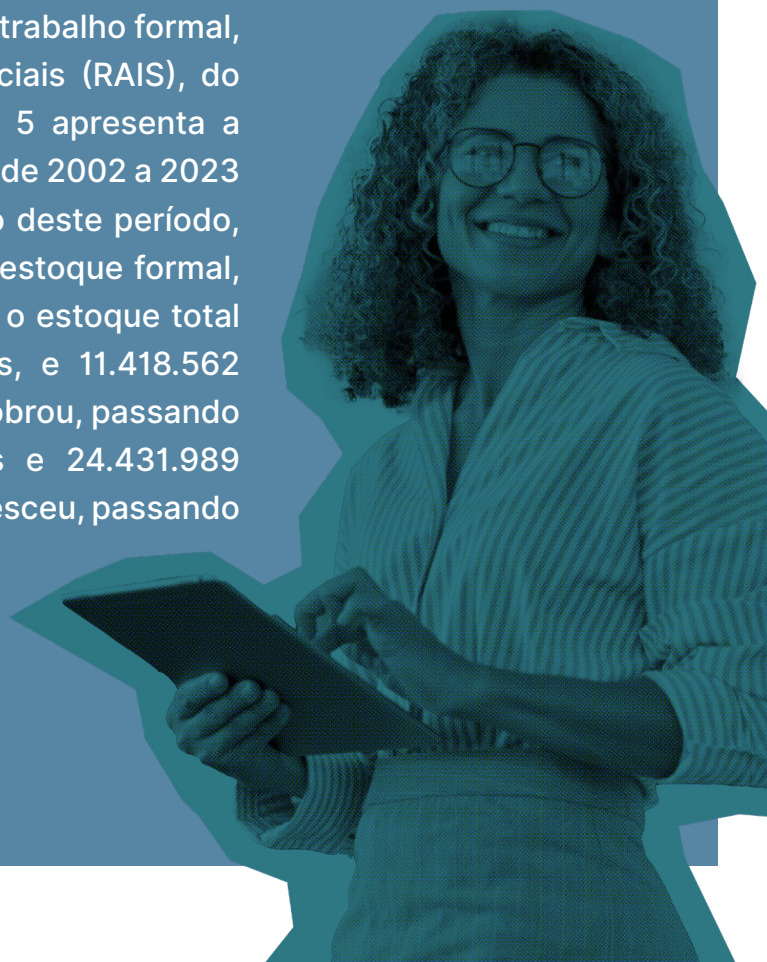
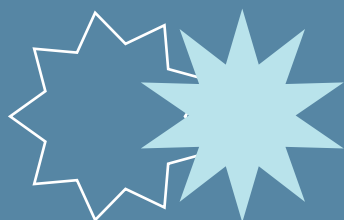
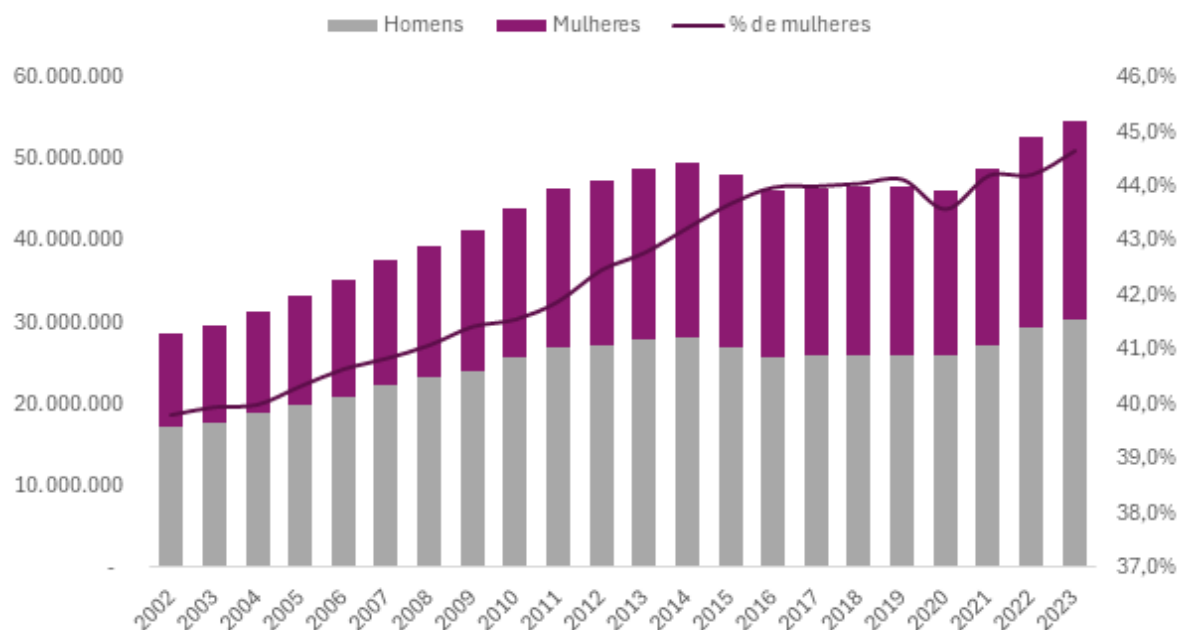


GRÁFICO 5: Evolução do estoque de vínculos formais por sexo e % de mulheres, Brasil – 2002 a 2023



Fonte: RAIS/MTE.

Em relação ao tipo de vínculo, destaca-se a sobrerrepresentação das mulheres nos vínculos estatutários (60,9%), especialmente aqueles que de contratos de leis específicas municipais (66,5%) e estaduais (70,4%). Estes tipos de vínculo concentram-se em atividades nas áreas de saúde e educação, setores em que se observam salários mais baixos e menor duração dos vínculos, o que tende a precarizar a ocupação no setor público, especialmente para as mulheres.

TABELA 2: Estoque de vínculos formais por tipo de vínculo e sexo, Brasil - 2023

TIPO DE VÍNCULO:	Total	Homens	Mulheres	% de mulheres
Celetista	44.046.559	25.915.664	18.130.895	41,2%
Celetista Prazo Indet.	41.385.013	24.371.634	17.013.379	41,1%
Celetista Prazo Det.	2.661.546	1.544.030	1.117.516	42,0%
Estatutário	9.491.028	3.712.678	5.778.350	60,9%
Estatutário	4.970.411	2.065.850	2.904.561	58,4%
Estatutário RGPS	1.403.367	483.545	919.822	65,5%
Estatutário não efetivo	1.062.063	505.217	556.846	52,4%
Contrato Lei Municipal	1.283.163	429.630	853.533	66,5%
Contrato Lei Estadual	772.024	228.436	543.588	70,4%

Outros	1.167.624	645.601	522.023	44,7%
Aprendiz	549.851	259.132	290.719	52,9%
Temporário	246.919	131.374	115.545	46,8%
Contrato Prazo Determinado	163.800	93.107	70.693	43,2%
Avulso	122.232	111.460	10.772	8,8%
Contrato <u>TMP</u> Determinado	45.909	24.781	21.128	46,0%
Diretor	38.913	25.747	13.166	33,8%
Total	54.705.211	30.273.943	24.431.268	44,7%

Fonte: RAIS/MTE.

No que se refere ao grupamento de atividade econômica do estabelecimento, a Tabela 3 mostra que as mulheres são maioria apenas no setor de serviços, especialmente nas atividades de “administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais” (65,1%) e alojamento e alimentação (57,2%). Estes setores são fortemente marcados por atividades de cuidados, que tradicionalmente são desempenhadas em grande maioria por mulheres, tanto na esfera reprodutiva, quanto na esfera produtiva. Já os setores como Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, indústria e construção são fortemente dominados por homens.

TABELA 3: Estoque de vínculos formais por grupamento de atividades econômicas e sexo, Brasil – 2023 / Fonte: RAIS/MTE.

GRUPAMENTO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS:	Total	Homens	Mulheres	% de mulheres
Agropecuária	1.787.678	1.477.986	309.692	17,3%
Indústria	8.656.622	6.092.154	2.564.468	29,6%
Construção	2.852.711	2.536.977	315.734	11,1%
Comércio	10.268.406	5.706.405	4.562.001	44,4%
Serviços				
Transporte, armazenagem e correio	2.697.781	2.206.856	490.925	18,2%
Alojamento e alimentação	2.161.320	925.321	1.235.999	57,2%
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9.823.465	5.393.997	4.429.468	45,1%
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	14.929.001	5.213.072	9.715.929	65,1%
Outros serviços	1.528.135	721.050	807.085	52,8%
Total	54.706.385	30.274.396	24.431.989	44,7%

No que se refere à ocupação, o mercado de trabalho brasileiro é marcado por forte segregação entre homens e mulheres, o que explica em parte a desigualdade de gênero. A Tabela 4 apresenta o estoque de vínculos formais por categoria de ocupacional, considerando apenas as ocupações de nível superior. No geral, do total destas ocupações, 58,1% dos vínculos são de mulheres, o que reflete o maior grau de escolarização verificado na população feminina no Brasil. As mulheres são maioria nas áreas de cuidados (73,8%), que incluem ocupações na educação, saúde e bem-estar e serviços. Mulheres também estão sobrerrepresentadas nas humanidades, artes e ciências sociais (54,1%), bem como nos negócios e administração (52,1%).

Contudo, nas áreas conhecidas como “STEM”, que compreendem as ciências naturais, tecnologia, engenharia e matemática, as mulheres representam apenas 26,3% do total de vínculos formais. As áreas de tecnologia e engenharia mais especificamente, são as em que há a menor participação feminina, 23,2% e 25,2%, respectivamente. No entanto, estas são as áreas que apresentam maiores salários entre os grupos analisados.

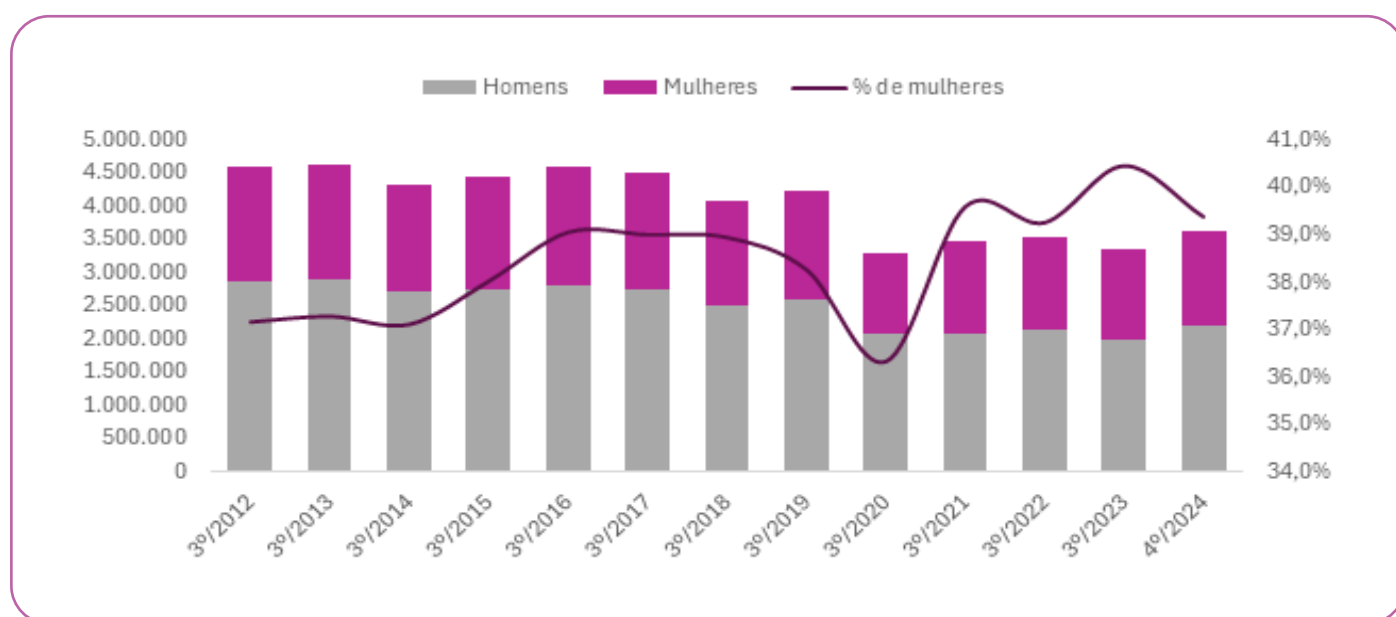
TABELA 4: Estoque de vínculos formais por categoria ocupacional (apenas ocupações de nível superior) e sexo, Brasil - 2023

CATEGORIA OCUPACIONAL:	Total	Homens	Mulheres	% de mulheres
Cuidados	3.550.933	931.638	2.619.295	73,8%
Educação	2.191.777	553.492	1.638.285	74,7%
Saúde e bem-estar	1.331.724	363.077	968.647	72,7%
Serviços	27.432	15.069	12.363	45,1%
Humanidades, artes e ciências sociais	487.666	223.974	263.692	54,1%
Humanidades	69.730	19.708	50.022	71,7%
Artes	79.526	46.283	33.243	41,8%
Ciências sociais	338.410	157.983	180.427	53,3%
Negócios e administração, agricultura, serviços e outros	2.913.702	1.396.813	1.516.889	52,1%
Negócios e administração	2.643.042	1.223.875	1.419.167	53,7%
Agricultura, silvicultura e pesca e veterinária	49.661	34.917	14.744	29,7%
Serviços	192.998	114.407	78.591	40,7%
Dirigentes de organizações sociais, políticas e religiosas	6.273	3.726	2.547	40,6%
Navegação aérea, marítima e fluvial	21.728	19.888	1.840	8,5%
Ciências naturais, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)	1.139.254	839.071	300.183	26,3%
Ciências naturais	178.947	110.406	68.541	38,3%
Tecnologia	634.876	487.484	147.392	23,2%
Engenharia	312.577	233.954	78.623	25,2%
Matemática	12.854	7.227	5.627	43,8%
Total	8.091.555	3.391.496	4.700.059	58,1%

4. DESAFIOS ÀS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE MULHERES

Apesar do avanço na inclusão das mulheres na esfera produtiva conquistado ao longo dos anos, alguns desafios ainda persistem. Entre eles podemos citar a baixa representatividade das mulheres em cargos de liderança. O Gráfico 6 apresenta o total de ocupados como diretores e gerentes, por sexo e o percentual de mulheres nesses cargos de 2012 a 2024. Observa-se que o percentual de mulheres em diretoras e gerentes oscila levemente ao longo do período, mas mantendo-se entre 37% e 40%. Estes diferenciais refletem fatores estruturais e conjunturais, mas também de discriminação de gênero.

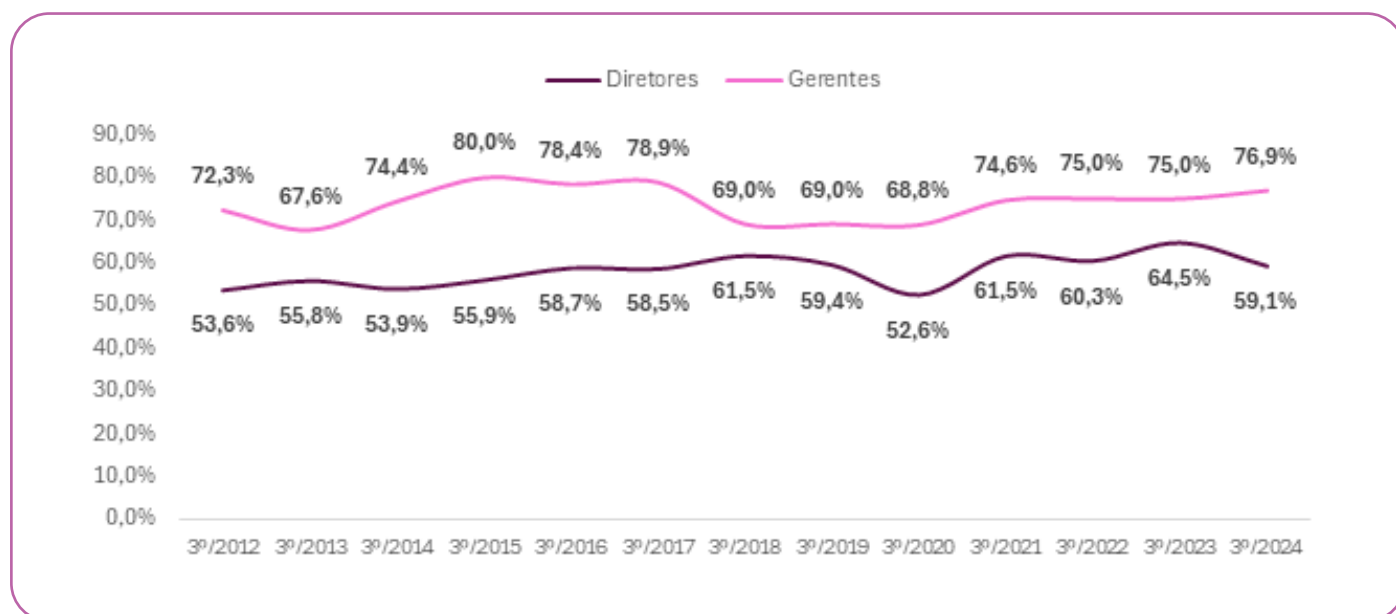
GRÁFICO 6: Total de ocupados como diretores e gerentes, por sexo e percentual de mulheres, Brasil – 2012 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Mesmo entre o grupo de diretores e gerentes, observam-se diferenciais entre homens e mulheres. O Gráfico 7 apresenta a razão entre homens e mulheres do total de ocupados como diretores e gerentes. Para os diretores, essa razão é menor, oscilando entre 53% e 60%, aproximadamente, o que indica que há uma sobrerrepresentação de homens nas ocupações dessa natureza. Já no caso dos gerentes, a razão varia entre 69% e 80% aproximadamente, revelando que nessas ocupações já há maior igualdade na participação de homens e mulheres.

GRÁFICO 7: Razão entre mulheres e homens do total de ocupados como diretores e gerentes, Brasil – 2012 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Por fim, destaca-se a persistente desigualdade salarial verificada entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro. O indicador da razão entre mulheres e homens indica o percentual do salário dos homens que é recebido pelas mulheres. Este percentual passou de 73,7% em 2012 para 78% em 2024.

A análise da desigualdade salarial pode ser feita em conjunto com o indicador de razão de horas trabalhadas. No geral, verifica-se maior igualdade entre homens e mulheres em termos de horas trabalhadas e esse percentual passou de 86,6% em 2012 para 90% em 2024. Isso revela um aprofundamento ainda maior da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, na medida em que mesmo trabalhando uma quantidade de horas parecida com a dos homens, as mulheres continuam ganhando menos.

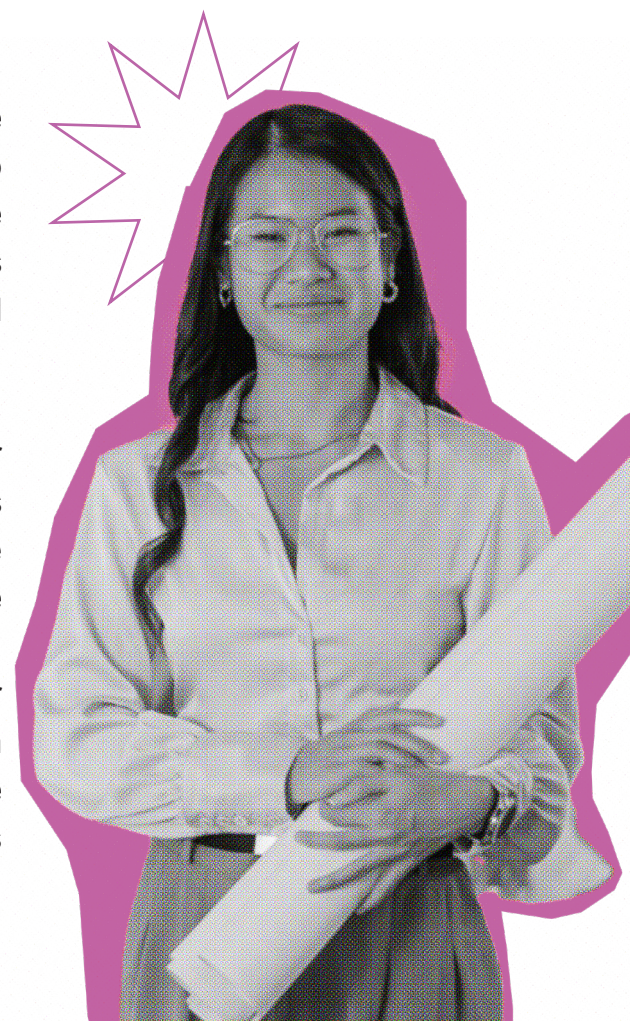
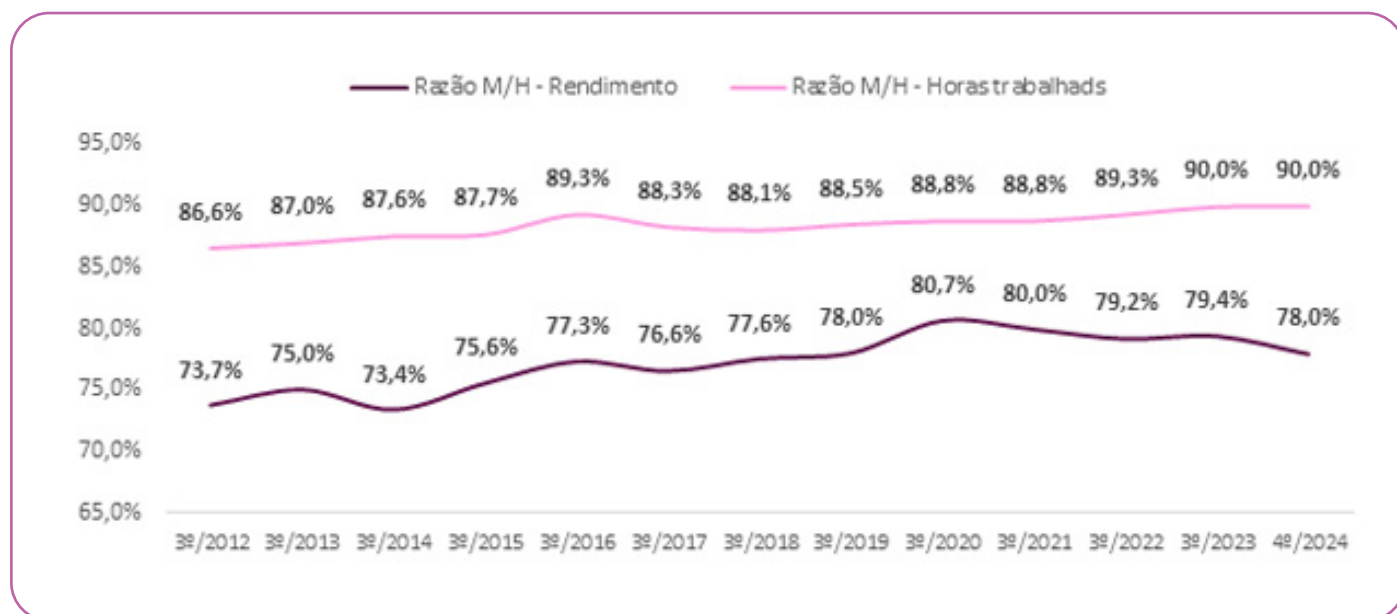


GRÁFICO 8: Diferenciais entre homens e mulheres no rendimento e horas trabalhadas, Brasil – 2012 a 2024



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.





Este boletim evidenciou as persistentes desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro, destacando os desafios enfrentados pelas mulheres em sua trajetória profissional. A análise dos dados revela que, embora as mulheres tenham conquistado maior espaço no mundo do trabalho ao longo das últimas décadas, ainda enfrentam obstáculos significativos que limitam sua plena participação e ascensão profissional.

A taxa de participação das mulheres na força de trabalho, embora tenha apresentado um crescimento modesto, permanece abaixo da dos homens, refletindo as barreiras estruturais, tais como a ausência de creches e escola integral para os filhos, que dificultam a inserção feminina no mercado de trabalho. Além disso, as mulheres estão mais expostas à desocupação e à subocupação, indicando uma maior precarização de suas condições laborais. A pandemia de COVID-19 exacerbou essas desigualdades, com um impacto desproporcional sobre as mulheres, especialmente no que diz respeito à saída da força de trabalho e ao aumento da desocupação.

A segregação ocupacional também é um fator relevante, com as mulheres concentradas em setores e ocupações tradicionalmente associados ao cuidado e aos serviços, que frequentemente oferecem menores salários e menor reconhecimento social. A sub-representação das mulheres em áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) e em cargos de liderança é outro desafio que precisa ser enfrentado para promover a igualdade de oportunidades.

Para superar os desafios identificados, é fundamental a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero no mercado de trabalho, incluindo medidas para combater a segregação ocupacional, reduzir a informalidade, garantir a equidade salarial e apoiar a conciliação entre trabalho e vida familiar. Além disso, é essencial fomentar a educação e a capacitação das mulheres em áreas tradicionalmente dominadas por homens, como as STEM, e promover a representação feminina em cargos de liderança. Este boletim reforça a necessidade de continuar monitorando e analisando as tendências do mercado de trabalho, com foco nas desigualdades de gênero, para informar e orientar políticas públicas eficazes e transformadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, C. "Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? Brasil, 1985 a 1995". Comunicação apresentada no seminário "Trabalho e gênero: mudanças, persistências e desafios", Abep/Nepo, Campinas, 14-15 abr, 1998.

GUIMARAES, N. A.; BRITO, M. M. A.; BARONE, L. S. Mercantilização no Feminino: a Visibilidade do Trabalho das Mulheres no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. Vol.31, n.90, pp.17-38, 2016.

LAVINAS, L. "Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete". Dados, 40 (1): 41-67, 1997.

OLIVEIRA, Maria Coleta; VIEIRA, Joice Melo; MARCONDES, Glaucia dos Santos. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETCHE, Marta (Ed.). Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2015.